

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

GÊNERO EM ORGANIZAÇÕES CONVIVENCIAIS: POSSIBILIDADES DE UM ESPAÇO DE REDISTRIBUIÇÃO, RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO

Stephanie Daher¹
Rene Eugenio Seifert Junior

RESUMO

Neste ensaio discutem-se novas formas de interpretação e manifestação das relações interpessoais, sob a perspectiva do gênero, no contexto de organizações não burocráticas. Assim sendo, a organização convivencial é introduzida como um espaço de possibilidade de redistribuição, reconhecimento e representação do gênero. A reflexão constrói uma ponte entre as demandas da terceira onda do feminismo e o modo de produção convivencial. Para isso, é problematizada a questão do gênero no contexto de trabalho tradicional e são discutidos os impactos resultantes de uma nova forma de interação com a ferramenta. Desse modo, o estudo consiste em uma análise teórica sobre a limitação da igualdade de gênero no contexto da lógica produtivista moderna, as reformulações das discussões feministas quanto à valorização da diferença de gênero e a organização convivencial. As aproximações bibliográficas são constituídas com a finalidade de desenvolvimento de argumentos para a construção de bases teóricas de futuros estudos empíricos. Por tratar de uma organização não convencional, o estudo buscou novas lentes para a interpretação, análise e estruturação de associações. Assim, a epistemologia feminista propiciou a inserção de novas categorias de análise e correlações, por meio das quais se fez possível identificar a organização convivencial como um potencial espaço de manifestação da noção tridimensional de justiça e valorização da complementariedade do gênero.

Palavras-chave: Convivencialidade. Gênero. Feminismo. Trabalho.

1. INTRODUÇÃO

A contestação crítica dos pressupostos ideológicos da sociedade moderna, seguida por anseios de emancipação e libertação, se apresenta cada vez mais recorrente nos discursos pró mudança social (CASAGRANDE; CAMARA, 2011). Sublinha este discurso, o reconhecimento que modernamente as pessoas se tornaram reféns da técnica que instrumentaliza o projeto hegemônico modernista, cujos desdobramentos ampliaram a fragilidade, dependência e dominação do indivíduo por um sistema produtivo que reduz seres humano à meros meios e recursos (ELLUL, 1968; ILLICH, 1976; ALVES, 2010).

¹ ste.daher@gmail.com

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Nos estudos críticos da área de pesquisa em organizações e administração, predominam denúncias a respeito da precarização das condições do trabalho, da globalização e da privatização neoliberal, bem como temas que envolvem as condições restritivas na esfera da vida privada. Com menor expressão, ainda que crescente nos últimos anos, destaca-se o interesse por questões relacionadas às diferenças de gênero e sexo no contexto do trabalho nas organizações modernas (FERREIRA ET AL, 2016; ANDRADE, MACEDO E OLIVEIRA, 2014).

O primeiro pensador a distanciar os conceitos de sexo e gênero da biologia e os aproximar da cultura foi Foucault (1988), a partir disso, com a contribuição de autores como Louro (2008) e Scott (1995), sexo e gênero foram agregados a estudos como categorias de análise relevantes – inclusive à ciência da administração (SOUZA; CORVINO e LOPES, 2012). Historicamente os estudos de gênero estiveram ligados à questões femininas e possuíam caráter altamente político devido a vinculação aos estudos feministas da década de 60.

As teorias feministas radicais do período, no intuito de igualar a mulher ao homem (ou até mesmo de demonstrar a superioridade feminina), acabaram por valorizar ainda mais as características masculinas, uma vez que relacionavam o reconhecimento da mulher à sua capacidade de desempenhar funções masculinas. Não há uma valorização das atribuições femininas em si, pois nesse caso, é considerada uma mulher bem-sucedida a mulher de negócios e não a dona de casa, por exemplo. Essa masculinização da função feminina marca, para Illich, (1982; 1998) a perda do gênero vernacular e o aparecimento do sexo econômico. A partir do momento que se desconsidera a característica complementar do gênero ele passa apenas a rotular o sexo dos agentes produtivos. Fraser (2009), também se atenta a essa questão e destaca a proximidade da segunda onda do feminismo às demandas do neoliberalismo econômico, denunciando um falso sucesso do movimento. Mulheres hoje representam uma parcela significativa e necessária no mercado de trabalho. Contudo, a admissão da mulher ao mundo corporativo e profissional se deu por necessidade econômica (FRASER, 2009). Mesmo neste cenário, as diferenças quanto à remuneração e distribuição de funções entre homens e mulheres, denuncia a falsa noção de igualdade apontada por Fraser (2007a; 2007b).

Com a reformulação e as ressignificações do próprio movimento feminista, o campo de estudos sobre gênero ampliou-se e tornou-se mais aberto a temas e questões que vão para

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

além dos interesses de igualar economicamente diferentes gêneros. Novos temas e questões passaram a ser considerados (CERCHIARO; AYROSA e ZOUAIN, 2009). No intuito de contribuir nesta direção, chamamos a atenção para a relação entre a questão de gênero e as diferentes formas ou modos de organização social, em particular, modos de organização não alinhados à lógica de organização burocrática e à técnica produtivista moderna. Na literatura especializada, tais experiências são tipicamente referenciadas por diferentes adjetivos, entre elas: organizações coletivistas (ROTSCHILD-WITT, 1979), organizações substantivas (SERVA, 1993), organizações alternativas (PARKER, FOURNIER e REEDY, 2007), organizações contra-hegemônicas (SULLIVAN, SPICER e BOHM, 2011; ZILIO et al, 2012), organizações liminares (MEIRA, 2014), organizações de resistência (BARCELLOS e DALLAGNELO, 2014) e formas não convencionais de organização (VIZEU, SEIFERT E HOCAYEN-DA-SILVA, 2015).

Partimos do pressuposto que a organização burocrática, devido a sua essência instrumental e funcionalista, na busca da manutenção da harmonia administrativa, utiliza-se de métodos de controles diretos e indiretos para negar e manipular conflitos, entre eles as questões de gênero. Sendo assim, os ditames organizacionais são transmitidos aos indivíduos sem considerar sua heterogeneidade (RODRIGUES, 2013). Surge então a busca por um espaço em que a atividade da mulher seja tão valorizada e indispensável social e economicamente quanto a do homem. A busca pela ressignificação de instituições (organizações) e não apenas uma reformulação de papéis dos agentes é considerada a principal demanda da terceira onda do feminismo (FRASER, 2009).

Especificamente, nossa reflexão considera que modos de organizações orientados para a convivencialidade, tal como proposto por Illich (1976), incorporam um potencial espaço para a expressão da justiça do gênero. O acesso universal à ferramenta e a valorização da convivência e da aprendizagem, características do modo de produção convivencial na perspectiva de Illich (1976), seriam também características determinantes para a expressão da complementariedade do gênero no desenvolvimento de uma atividade produtiva, econômica e social. Assim, construímos o argumento, que na organização convivencial destila-se um modo de organização em que permite a manifestação do feminismo cultural e a possibilidade da construção de um espaço de redistribuição, reconhecimento e representação de gênero (FRASER, 2009)

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Neste intuito, o presente artigo articula uma discussão sobre a questão de gênero e a organização convivencial. Primeiramente, refletimos sobre a dominação técnica e a ausência de limites que caracterizam crise do trabalho na modernidade. Problematizamos a busca desenfreada pela eficiência tendo em vista justificar a necessidade de novas formas de organização. Segundo, efetuamos uma revisão das diferentes ondas e reformulações do feminismo, para nos posicionarmos frente ao que se poderia chamar de terceira onda do feminismo, pautada na teoria tridimensional de justiça – reconhecimento, redistribuição e representatividade. A partir disso, desenvolvemos o argumento que, por sua natureza, a organização convivencial constitui espaço apropriado para o exercício da justiça de gênero. Entendemos que esta reflexão ganha importância na medida em que serve de base para estudos empíricos. Da mesma forma, contribui com as discussões sobre justiça de gênero na medida em que move a reflexão da discussão sobre igualdade funcional e econômica de homens e mulheres, para aspectos organizacionais que normalmente não são incluídos na perspectiva dominante dos estudos de gênero. Além disso, abre caminho para a criação de pontes entre níveis de investigação diferentes, tais como o político-governamental e o organizacional.

O ensaio está dividido em quatro seções, sendo esta introdução a primeira. A próxima seção considera a crise do trabalho na organização moderna, em particular a dominação técnica e ausência de limites. Elaborar-se o argumento que por sua própria natureza, a organização burocrática não permite a construção de espaços eficazes de justiça e equidade. Na terceira seção elaboramos uma revisão da questão de gênero e sexo nos estudos feministas, onde também promovemos uma revisão dos diferentes posicionamentos e modificações da perspectiva de análise feminista. O ensaio encerra com a elaboração do argumento que a organização convivencial constitui espaço adequado para redistribuição, reconhecimento e representação do gênero.

2. A CRISE DO TRABALHO NA ORGANIZAÇÃO MODERNA: DOMINAÇÃO TÉCNICA E AUSÊNCIA DE LIMITES

O trabalho, em sua acepção conceitual, constitui a categoria que dá sentido ao modo como os seres humanos concedem forma e sentido ao mundo concreto a fim de satisfazer

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

suas necessidades e desejos. Em uma perspectiva materialista histórico-dialética, o trabalho é tido como a fonte das riquezas e fonte de prazer. Na categoria ontológica marxiana entende-se que o trabalho rompe com a dependência da natureza e adentra as especificidades humanas, sendo assim, o trabalho é produto do homem e produtor da cultura (OLIVEIRA, 2006).

Ao discursar sobre a dualidade existente entre tempo e trabalho na modernidade, Oliveira (2006) retoma o conceito de trabalho alienado, defendido por Marx (REFERÊNCIA). De acordo com a autora, grande fatia da população tem o trabalho como fonte de desprazer, uma vez que não lhes é permitindo o usufruto dos resultados do seu trabalho. A institucionalização do tempo de trabalho institucionalizou também o tempo de lazer. Deste modo, destilou-se um modo de produção em que o indivíduo orienta sua vida em torno do tempo de trabalho e seus intervalos.

A busca da automação veio como uma tentativa de minimizar a dependência e o comprometimento despendidos nesse processo e consequentemente libertar o indivíduo das agruras do trabalho. O argumento fundamenta-se no pressuposto de que a substituição do trabalho manual pelas máquinas garantiria a liberdade do ser humano para outras ações tais como: lazer, ampliação de conhecimento, vida familiar. Entretanto, a automação desencadeou ondas de desemprego, reduzindo renda e consequentemente ampliando a retração da participação e importância social do indivíduo (OLIVEIRA, 2006).

O discurso dominante no modo de produção capitalista sugere que os trabalhadores são livres para submeterem-se voluntariamente aos postos de ocupação (LEMOS; 2010). Entretanto, esconde que a lógica de produção e competição de mercado do sistema capitalista explora competências com base em valores técnicos de eficiência e produtividade. Sendo assim, aqueles que não se adequam ao perfil profissional tecnicamente valorizado são considerados não adequados ou obsoletos e precisam recorrer a trabalhos marginalizados, quando não se tornam fadados ao desemprego ocupacional ou à aposentadoria forçada (SENNETT, 2006).

Sennett (2006) discorre sobre esta ameaça, e a denomina de fantasma da inutilidade. Para ele são três as forças modernas que configuram este cenário. A primeira refere-se a oferta global de mão-de-obra. A globalização denota a percepção de que as fontes de energia humana estão sendo transferidas, assim a angústia acompanha aqueles que já estão no mundo desenvolvido, como sugere Sennett:

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

[...] o fantasma da inutilidade se sobrepõe ao medo dos estrangeiros, o qual, por baixo da camada de puro e simples preconceito étnico racial, está impregnado a angústia de que os estrangeiros estejam mais bem equipados para as tarefas de sobrevivência (SENNETT, 2006, p. 87).

A segunda força refere-se à automação. A ameaça da automação dramatizada no passado tornou-se uma realidade a ser enfrentada pelo trabalhador moderno, a esperança de que a máquina proporcionasse empregos próximos do colarinho branco finda-se com a substituição do emprego. Em oposição ao cenário pós-industrial, em que as ferramentas desempenhavam funções específicas e pouco flexíveis, as configurações tecnológicas da modernidade permitem a fácil readequação e reorientação da máquina à demanda, possibilitando poupar-se o trabalho em diversos terrenos (SENNETT, 2006).

Ao contrário das forças da oferta global de mão-de-obra e da automação - que englobam apenas parte dos trabalhadores - o envelhecimento, a terceira força pela qual se faz o fantasma da inutilidade, é muito mais abrangente. A questão da idade afeta praticamente todos os indivíduos do mercado moderno, e confronta-se constantemente com as demandas por contínua capacitação. Deste modo, a grande maioria das pessoas depara-se com um mercado caracterizado pela especialização, onde se desvaloriza a experiência e o talento, o retreinamento se faz mais caro do que as novas capacitações e, quase que ciclicamente, o profissional está fadado a ser descartado ou substituído (SENNETT, 2006).

O fantasma da inutilidade tal como sugerido por Sennet (2006), se aproxima em grande medida à denúncia feita por Illich (1976) ao argumentar que a sociedade moderna e a busca constante por eficiência reduziu o ser humano à uma mera ferramenta ou recurso. Segundo Illich, é na fase avançada de um sistema de produção orientado pela eficiência que uma sociedade gera sua própria destruição. Entre as principais contradições desse sistema, Illich (1976) aponta: a desnaturalização da natureza, a orientação da coletividade para a polarização e especialização, a destruição de recursos na contínua preocupação de renovação, e a readequação do homem para matéria-prima elaboradora da ferramenta.

Illich (1976, p.23) argumenta que o projeto de orientação da vida e dos sistemas produtivos à máxima eficiência, no qual destaca-se a moderna organização burocrática, “metamorfoseou-se num implacável processo de servidão para o produtor e intoxicação para o consumidor”. Em sua crítica ao processo produtivo moderno, Illich (1976) descreve como este projeto resultou na subordinação do homem às suas tecnologias. Para o autor, a liberdade

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

do convívio e os resultados proporcionados por ele são também parte do alimento humano, e não somente bens e serviços. Deste modo, o distanciamento do processo convivencial, com a substituição dos valores éticos por valores técnicos, criou uma sociedade presa à carência, incapaz de ser sanada por qualquer hipertrofia da produtividade (ILLICH, 1976).

A dominação técnica é, portanto, o ponto de convergência para crise das angústias do indivíduo moderno. Segundo Ellul (1968), a técnica desenvolve-se em obediência a suas próprias leis e é incapaz de refutar a si mesma. A técnica como instância acima do bem-estar supõe a supervalorização da racionalidade, que resulta em um meio em que os fenômenos são reduzidos a esquemas lógicos. Para Ellul (1968), a técnica é um meio, ou um conjunto de meios, e não necessariamente está atrelada à máquina ou à produtividade, mas está tão enraizada como substância em si mesma que é integrada e absorvida pelo homem progressivamente. Desse modo Ellul e Illich alertam para a falta de espontaneidade, autonomia, criatividade e liberdade nos espaços de trabalho (organizações burocráticas) dominados pela técnica moderna.

A dominação técnica, que neste ensaio consideramos elemento central da nossa caracterização do modo de organização dominante, não se limita à esfera produtiva de bens e serviços, pois passou a controlar as mais diversas dimensões da vida humana, tais como a produção do conhecimento, os relacionamentos familiares e até mesmo elementos da cultura e psique humana como por exemplo a noção de sociedade, comunidade e indivíduo (GUERREIRO-RAMOS, 1981).

No âmbito burocrático, o acesso à produção e à ferramenta é limitado a corpos de especialistas e portadores de capacidade específicas. Assim sendo, a exclusão é parte do funcionamento do sistema, pois ao segmentar a inclusão criam-se paralelamente políticas excludentes (SAWAIA, 2001). A dominação técnica é, portanto, alicerçada em uma série de estratégias de inclusão e exclusão construídas socialmente, baseadas em relações de gênero, classe, raça e práticas sociais (SOUZA-LOBO, 1991).

Não é intuito deste estudo, discorrer sobre todas essas dimensões. Antes, como se considera a seguir, sob uma perspectiva de análise feminista, nos empenhamos numa reflexão sobre a questão do gênero em formas de organização não alinhadas à dominação técnica que caracteriza as organizações modernas. Em especial, consideramos sobre como se desenrolam as relações de gênero no contexto da organização convivencial, ou como sugere Illich (1976),

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

espaços de produção não orientados para a produtividade e a eficiência, mas pautados em valores éticos como a suficiência, a equidade e a autonomia criadora.

Na próxima seção promovemos uma revisão sobre a questão da heteroginização e do conceito de indivíduo na teoria feminista com o intuito de expandir a interpretação do contexto de convivencialidade e introduzir a noção tridimensional de justiça do feminismo cultural.

3. A QUESTÃO DO GÊNERO E SEXO NOS ESTUDOS FEMINISTAS

Por muito tempo a história tradicional negligenciou a trajetória das mulheres e homogeneizou o indivíduo promovendo uma divisão social baseada, essencialmente, em esfera pública e privada. A produção historiográfica acerca das mulheres trabalhadoras é um fenômeno recente. As abordagens acadêmicas até a década de 60 excluíram a presença feminina e as apresentaram como passivas e condicionadas às atribuições ideológicas e socioculturais (MATOS, 2009). Assim, quando se refere ao sujeito individual, é intrínseco assumir a ideia de um ser singular que às mesmas condições se apresenta de uma determinada maneira. A implicação epistemológica para a produção do conhecimento é clara, e tipicamente ocorre a partir de um conceito universal de sujeito, que remete ao homem-branco-heterossexual-civilizado-do-primeiro-mundo. As próprias noções de objetividade e neutralidade são impregnadas por valores masculinos (RAGO, 1998). Esta seção visa desmitificar esse ideal e reconhecer a esfera social como organicamente plural e heterogênea.

O aparecimento da história das mulheres se deu primeiramente nas discussões feministas, para aos poucos ganhar espaço nos centros universitários. Foi da esfera privada e da constatação da negação e do esquecimento, que emergiu o feminismo (MATOS, 2009). Tão pouco poderia ter sido diferente, já que a esfera acadêmica se encontrava submersa em registros androcêntricos. Como afirma Scott:

A história do desenvolvimento da sociedade humana foi narrada quase sempre pelos homens e a identificação dos homens com a 'humanidade' tem tido como resultado, quase sempre, o desaparecimento das mulheres dos registros do passado (SCOTT, 1992 apud MATOS, 2009, p. 59).

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

O aparecimento das discussões de gênero foi acompanhado de uma ressignificação dos estudos sociais, principalmente no que dizia respeito aos estudos de classes. A introdução da mulher no tempo e espaço acadêmico deu-se como um processo contra hegemônico. Assim, proporcionou a desconstrução de uma mentalidade de assimetrias e hierarquias baseadas no sexo, definindo papéis e espaço para as mulheres na sociedade e na historiografia (MATOS, 2009).

Vale notar que a classe operária é tipicamente apresentada como uma classe homogênea, que tem como único fator distintivo a situação empregatícia do agente social. Mais importante, como observam autores como HIRATA e KERGOAT (1994) e LEMOS (2010), o próprio conceito de classe deriva de uma concepção masculina de operário. Em “A Classe Operária tem Dois Sexos”, Hirata e Kergoat (1994) reafirmam o conceito de classe social pela reinterpretação do feminismo. As autoras introduzem as teorizações que inauguraram a crítica à conceitualização marxista de classe social do ponto de vista do gênero. A importância da problematização da questão do gênero deve-se a sua característica estruturante. Como afirmam Hirata e Kergoat:

As relações de classe e as relações de sexo são, portanto, relações estruturantes e fundamentais da sociedade, em oposição a outras relações (professor-aluno, médico-paciente, jovens-velhos) que são relações contingentes (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 94).

Desse modo, as relações de gênero e de classe são coextensivas e só podem ser analisadas conjuntamente, uma vez que todos os indivíduos são homens ou mulheres e pertencem a determinada situação de classe. Segundo Hirata e Kergoat (1994), na articulação dessa teia, nota-se que as relações de classe inculcam conteúdos e orientações concretas as relações de gênero, enquanto as relações de gênero fornecem conteúdos específicos para as demais relações (HIRATA; KERGOAT, 1994). Deste modo, reconhecer diferenças de gênero no trabalho realizado no contexto das organizações modernas ganha relevância central, ainda que academicamente tenha sido por muito tempo ignorado e só recentemente considerado.

Uma das principais fontes de luta e discussão das diferenças de gênero no contexto do trabalho moderno podem ser encontradas entre os movimentos feministas. Os discursos feministas não somente ressignificaram os estudos sociais como imprimiram uma nova perspectiva para as relações interpessoais. Nestes discursos, o gênero aparece como uma

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

maneira de decodificar e compreender as relações entre os sexos. Matos oferece a seguinte definição para a categoria “gênero”:

Gênero seria o conhecimento sobre a diferença sexual, ou seja, uma leitura social que estabelece significações às diferenças corpóreas percebidas historicamente, tratam-se, portanto de diferenças socialmente construídas sobre o “masculino” e o “feminino” que se expressam dentre outras maneiras, na divisão sexual do trabalho, nas relações de poder, no âmbito doméstico, na produção e reprodução. Sendo, portanto, uma categoria de análise histórica, constitutiva das relações sociais (MATOS, 2009, p. 60).

Logo, gênero e sexo são conceitos relacionais e distintos, enquanto sexo é uma variável biológica, o gênero exprime as características culturais referentes à diferença sexual (MOORE, 1993; 1997; CECCARELLI, 2010). Para Scott (1995, p. 76) “o uso de gênero enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade”.

Scott (1995), analisa quatro elementos para entender e definir gênero, sendo eles: (i) símbolos culturais e representações simbólicas - os conceitos normativos de feminino e masculino encontrados na religião, política, ciência e na educação; (ii) a educação e o sistema político; (iii) a identidade subjetiva expressa nas organizações; (iv) e as representações sociais. Ainda, para desenvolver sua definição, a autora assume que gênero é o primeiro modo de significar as relações de poder. Dessa maneira, Scott (1995), assim como Hirata e Kergoat (1994), classifica gênero como uma categoria de análise não apenas possível, mas necessária para o estudo das relações de poder/classe, e neste caso central nos estudos organizacionais.

Barbieri (1991), do mesmo modo que Scott, afirma que a subordinação que afeta as mulheres como um todo não se localiza apenas nos aparatos burocráticos das organizações, trata-se de um poder múltiplo que se expressa em diferentes espaços sociais. A autora ressalta que a subordinação nem sempre é caracterizada pela autoridade, muitas vezes é exercida sob a aparência de afetuosidade e ternura (BARBIERI, 1991). Sobre a questão, Saffioti (1992) aponta que a ideologia de subordinação inerente às mulheres justifica-se pela vinculação com o natural, inquestionável. Os processos de socialização como um todo reforçam estereótipos justificados pela determinação biológica, transformando com facilidade as diferenças biológicas em desigualdades sociais.

Ao ser compreendido como um sistema de poder, o gênero traduz a estruturação das relações e identifica a desigual distribuição de responsabilidades na produção social. Gênero

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

como categoria constitui um conjunto de características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas, atribuídas pela diferenciação do sexo. Portanto, ser homem ou mulher expressa uma classificação social e um papel cultural. Essas diferenças, por sua vez, ultrapassam as distinções biológicas, pois por elas dá-se a satisfação das necessidades mais elementares dos seres humanos (SAFFIOTI, 1992; SUÁREZ 1999).

Apesar das interpretações distintas do conceito de gênero por diferentes vertentes do feminismo, a proposição mais frequente relaciona-se com o feminismo da diferença. Nessa concepção a diferença é reconhecida como categoria central da análise, polarizando-se feminino e masculino em suas complexidades sociais, políticas, econômicas e culturais. Desse modo, o conceito de gênero pode ser utilizado empiricamente e analiticamente, caracterizando-se como uma categoria analítica que apreende e explica socialmente a diferença sexual (CARLOTO, 2001; SUARÉZ, 1999; SCOTT, 1995).

Pinto (2010) em seu dossiê sobre “Feminismo, História e Poder”, faz uma apuração sobre o surgimento do movimento feminista. A autora destaca como característica particular do feminismo a sua auto-produção e auto-teoria, ou seja, a coincidência existente entre militância e teorização do movimento. Dessa forma, retoma a ideia de Matos (2009) de que o feminismo eclode da esfera pessoal/privada para as demais esferas, entre elas a acadêmica. Portanto, o feminismo pode ser analisado tanto pela ação do movimento, como por suas produções teóricas (PINTO, 2010).

A crítica feminista moderna, é marcada por um processo de transição pragmática, que propõe a reformulação da geometria das categorias analíticas do feminismo, desta vez radicalmente anti-binárias, anti-dicotômicas, anti-essencialistas e anti-neutralizantes, caracterizada como pós-dialética (MATOS; CYPRIANO, 2008). Sobretudo, é importante reconhecer que existem diferentes feminismos, que por sua vez divergem tanto em suas temáticas como suas técnicas de explicação da realidade.

De acordo com Matos e Cypriano (2008), o movimento feminista encontra-se dividido em três principais correntes, sendo elas: o feminismo liberal, o radical e o socialista. Este trabalho não se propõe em discorrer sobre as diferenças e particularidades de cada uma dessas correntes. Antes disso, ocupa-se da descrição e análise de diferentes posicionamentos sobre a questão de gênero, historicamente encontradas no movimento feminista e sua crítica.

Enquanto movimento, o feminismo é marcado por diferentes gerações, as chamadas ondas do feminismo. Essas diferentes fases foram construídas historicamente conforme as

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

necessidades políticas, o contexto material e social de cada época. A primeira geração, que representa o surgimento do movimento, é marcada por seu caráter liberal e por suas lutas em prol da igualdade de direitos civis, políticos e educativos, que eram reservados apenas aos homens. Nesta fase ocorre a primeira denúncia da opressão da mulher imposta pelo patriarcado (NARVAZ, KOLLER, 2006).

A segunda onda do movimento ressurgiu nas décadas de 1960 e 1970. Nesta fase ocorrem divergências quanto as postulações do movimento, o feminismo americano se caracterizava por sua busca por igualdades, enquanto as feministas francesas buscavam a valorização da diferença.

Ivan Illich (1982), em seu livro “*Gender*”, desenvolve uma crítica à segunda onda do movimento enfatizando as perdas existentes no ativismo voltado à igualdade. O autor denuncia a proximidade do discurso do desenvolvimento industrial e da vertente igualitária do feminismo. Afirma que uma sociedade industrial só pode existir perante a suposição de que ambos os sexos competem igualmente no mercado de trabalho. Assim, Illich (1982) destaca que a teoria econômica é baseada na ideia de um ser humano sem gênero. Ocorre então, a passagem do que o autor denomina de gênero vernacular para a ideia de sexo econômico, uma vez que é negligenciada a “[...] dualidade eminentemente atrelada ao tempo e espaço que coloca homens e mulheres sob circunstâncias que os evita de dizerem, fazerem, desejarem e perceberem as mesmas coisas (ILLICH, 1998, p. 3, tradução nossa).

A terceira fase do feminismo, enfatiza a questão da diferença, as feministas francesas apoiam-se nos pensamentos pós-estruturalistas e dão mais atenção a subjetividade e singularidade das experiências (NARVAZ; KOLLER, 2006). A crítica de Illich (1982; 1998), portanto, ecoa nos argumentos das feministas da terceira onda, ao mesmo tempo em que Fraser (2009; 2007a; 2007b) desenvolve suas críticas ao movimento, aprofundando as ideias de Illich (1982;1998), e buscando uma recategorização da noção de justiça capaz de sustentar os ideais feministas.

Embora o feminismo seja um movimento heterogêneo, que possui diversos grupos de atuação política, há um denominador comum entre suas vertentes. O questionamento da divisão dos papéis sociais entre homens e mulheres e a não aceitação do social como natural estão presentes na essência das lutas do movimento como um todo. O feminismo como filosofia reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes, reivindicando assim um tratamento equivalente e não igualitário. Por sua vez, o feminismo denuncia os privilégios

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

que a experiência masculina tem apresentado ao longo da história e a desvalorização das experiências femininas (NARVAZ; KOLLER, 2006). Será a partir da perspectiva de pensamento, práxis-política e porta voz da crítica em busca da justiça social, que o feminismo será considerado neste artigo.

Entretanto, a própria percepção de justiça (e equivalência) no feminismo moderno vem sendo (des)construída. A teorização desse conceito tem sido orientada pela compilação de diferentes visões de necessidades e oportunidades, as duas principais correntes debruçam-se sobre os aspectos da redistribuição e da representação. Nancy Fraser (2007a; 2007b; 2009) destaca-se por sua contribuição à fusão desses paradigmas. A autora, de filiação marxista, dá ênfase aos aspectos duais de gênero e classe em seus estudos, desenvolvendo um conceito tridimensional de justiça, composto pelas necessidades de redistribuição, reconhecimento e representação. É por essa noção tridimensional que se propõe serem analisadas as relações de gênero.

Fraser (2009) traça um paralelo entre as transformações do discurso feminista e o sistema político nos Estados Unidos. As primeiras considerações da autora pairam sobre a crítica do feminismo quanto ao Estado de dirigismo keynesiano que emerge na década de 60. Neste contexto, o Estado legitimava sua política pela pretensão de inclusão, igualdade social e solidariedade entre classes. Entretanto, a estruturação das questões sociais apoiava-se exclusivamente na distribuição equitativa de bens divisíveis – renda e empregos. Assim o conceito de injustiça social focava-se na distribuição econômica injusta e na expressão pragmática de classes, marginalizando qualquer outra dimensão de injustiça (FRASER, 2009).

A autora ainda destaca que as discussões feministas do século XVII ganharam expressividade devido a sua crítica ramificada e sistemática ao capitalismo androcêntrico organizado pelo Estado (FRASER, 2009). A injustiça de gênero na segunda onda do feminismo, é simultaneamente problematizada pela perspectiva econômica, cultural e política. Essa compreensão tridimensional rejeitou a identificação de injustiças exclusivamente monista (de má distribuição e de classe), e deu espaço a desigualdades negligenciadas encontradas na família, nas tradições culturais, na sociedade civil e na vida cotidiana.

No excerto de Pinto (2010), a autora atribui ao feminismo da segunda onda o caráter libertário e inovador, que busca mais do que espaço no trabalho, na vida pública e na educação. Para a autora, essa nova apresentação é fundamentada na liberdade e autonomia de decisão da mulher sobre a sua vida e seu corpo (PINTO, 2010).

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Com a politização do pessoal/privado e a reinterpretação do significado de justiça, o feminismo caracterizou a subordinação da mulher como sistêmica e fundamentada nas estruturas profundas da sociedade. A cultura política do capitalismo organizado pelo Estado propunha o modelo de cidadão ideal; trabalhador masculino, o chefe e homem de família. Além disso, a institucionalização das compreensões androcêntricas de família e trabalho (valorização do trabalho assalariado e concepção do salário familiar), naturalizou as injustiças de gênero. Ao discorrer sobre a essa divisão sexista do trabalho, Fraser (2009) destaca:

Aplicando esta análise ao capitalismo organizado pelo Estado, descobriram as conexões profundamente estruturais entre a responsabilidade das mulheres à maior parte dos cuidados não remunerados, a subordinação no matrimônio e na vida pessoal, a segmentação de gênero dos mercados de trabalho, a dominação do sistema político pelos homens, e o androcêntrismo da provisão do bem-estar social, a política industrial e os esquemas de desenvolvimento (FRASER, 2009, p.19).

Para Fraser (2009), foi no salário familiar que as feministas encontraram o primeiro ponto de convergência de má distribuição, falta de reconhecimento e falta de representação. Por esse motivo, para a maior parte das feministas da segunda onda, a superação da subordinação associava-se a transformação radical da estrutura social e de seus valores.

Entretanto, no que se refere ao estaticismo, grande parte do movimento buscou infundir valores femininos nas instituições. Mesmo com o consenso da interpretação das instituições hierarquizadas de larga escala como uma expressão da masculinidade modernizada, apenas parte do movimento lutou em prol da contracultura democratizante (FRASER, 2009).

Em contradição à fórmula do dirigismo keynesiano, que usava a política para domesticar o mercado, o neoliberalismo propõe a domesticação da política pelo livre mercado. Fraser (2009), ao analisar a posição do feminismo nesta nova forma do capitalismo, ressalta a transformação de um movimento contracultural radical para um fenômeno social de base ampla.

Devido a esta transformação, a autora instiga a possibilidade de uma afinidade eletiva e perversa entre o neoliberalismo e a segunda onda do feminismo. A adaptação da crítica artística da Nova Esquerda pelo novo espírito do capitalismo, rompeu com a cultura corporativa, irrompendo a proposta de um capitalismo conexionista em que as hierarquias rígidas cedem lugar às equipes horizontais e à valorização da criatividade individual (FRASER, 2009; 2007a).

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Segundo Fraser (2009), o resultado desta alteração de cultura foi a nova expressão da reivindicação de justiça, agora voltada para o reconhecimento da identidade e da diferença. Esta alteração da luta da redistribuição pela luta do reconhecimento, enfraqueceu a crítica feminista para com a economia política e desarmou o movimento frente ao livre mercado, ocasionando a migração de um paradigma incompleto para outro. Emerge deste enfraquecimento a conexão perigosa entre o feminismo e o neoliberalismo, conforme destaca Nancy Fraser (2009, p. 24): “A volta para o reconhecimento se encaixou muito nitidamente com um neoliberalismo em ascensão que não queria nada mais do que reprimir toda a memória de igualitarismo social”.

Os trabalhadores do neoliberalismo são, portanto, indispensável e desproporcionalmente mulheres, de todas as nacionalidades e etnias. O ideal do salário familiar foi substituído pela norma de família de dois salários. Nesta, são desconsideradas as precariedades do trabalho (salários descarecidos, menor segurança, queda no padrão de vida, aumento do número de horas trabalhadas, etc), sendo assim, o novo capitalismo, segundo Fraser (2009), vende gato por lebre ao conceber uma proposta de avanço e justiça de gênero.

Santos (2015) destaca a hipocrisia do discurso de igualdade no jogo de livre mercado do neoliberalismo. A autora elenca como parte deste processo, a posição de neutralidade assumida pelo sistema, e a falácia do mérito e da possibilidade de progresso para qualquer indivíduo.

Sensibilizada pelo poder crescente do neoliberalismo, a nova corrente feminista propõe uma síntese entre a redistribuição e o reconhecimento (FRASER, 2007a). A nova produção feminista busca desvincular-se do quadro do Estado territorial, caracterizando-se como um feminismo transnacional. Esta postura se deve à consciência da vulnerabilidade das mulheres às forças transnacionais, que se excluem do alcance de justiça das demandas determinadas pelo Estado.

Nesta etapa, considera-se o quadro de demandas políticas do Estado territorial um veículo de injustiças, pois as demandas apresentadas por ele canalizam os esforços do movimento para espaços políticos domésticos, isolando os poderes exteriores da crítica e do controle. Sobre esse isolamento Fraser (2007a) afirma: “Entre aqueles que estão protegidos contra o alcance da justiça estão os poderosos Estados predadores e poderes transacionais privados, incluindo investidores e credores estrangeiros, especuladores e corporações transnacionais” (FRASER, 2007a, p. 304).

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

O feminismo transnacional reconfigura a justiça de gênero como um problema tridimensional, buscando interligar redistribuição, reconhecimento e representação, com a tarefa simultânea do não enrijecimento das fronteiras externas (FRASER, 2007a). A fundamentação desses aspectos, segundo Fraser (2009), deve reconectar a crítica feminista ao capitalismo e reposicionar o feminismo à Esquerda, afim de fundar uma crítica robusta e atualizada da totalidade social.

Para a autora, o antiandrocentrismo pós-neoliberal oferece a chance de ruptura com as ligações espúrias da crítica feminista ao salário familiar e ao capitalismo flexível. A militância defendida por Fraser (2009) deveria buscar uma forma de vida que valorize as atividades desmercantilizadas e o trabalho de cuidar, afim de que essas atividades – hoje executadas amplamente por mulheres – se tornem um componente valioso para todos (FRASER, 2009). Para a autora, essa proposta de justiça se concretiza na interconexão de três elementos ou categorias identificadas nas diferentes ondas e demandas do movimento feminista: redistribuição, o reconhecimento e a representação.

A injustiça socioeconômica inerente à estrutura política da sociedade representa para Fraser (2006) o problema da distribuição. Nela estão englobados também os conceitos de: exploração, caracterizada apropriação dos benefícios do trabalho de outra pessoa; marginalização econômica, representa a limitação ao trabalho indesejado, baixa remuneração ou a falta de acesso ao trabalho assalariado; e a privação, que se exprime no sentido não poder ter um padrão material adequado de vida.

Afim de remediar essas injustiças, o conceito de **redistribuição** busca uma reestruturação político-econômica, que envolva a reorganização da divisão do trabalho, sujeição de investimentos à processos de decisão democráticos e à redistribuição de renda (FRASER, 2007b).

O conceito de **reconhecimento** de Fraser (2007b) diz respeito à questão do *status* social. Diferentemente do reconhecimento por identidade (grupo com cultura própria auto afirmativa), o modelo de *status* exige o reconhecimento das condições dos membros do grupo como parceiros integrais na participação social. Conseqüentemente, o não reconhecimento significa a privação da participação na vida social como igual, a subordinação social, e não a depreciação e deformação da identidade do grupo. A política de reconhecimento baseada no modelo de *status* visa superar a subordinação do sujeito que é falsamente reconhecido como um membro integral da sociedade. Sobre a questão Fraser (2007b) afirma:

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Entender o reconhecimento como uma questão de *status* significa examinar os padrões institucionalizados de valoração cultural em função de seus efeitos sobre a posição relativa dos atores sociais. Se e quando tais padrões constituem os atores como parceiros, capazes de participar como iguais, com os outros membros, na vida social, aí nós podemos falar de reconhecimento recíproco e igualdade de *status* (FRASER, 2007b, p. 108).

A terceira categoria abordada por Fraser (2009) é a **representação**. Por representação a autora considera a possibilidade do reenquadramento das disputas sobre justiça que não podem ser contidas nos regimes estabelecidos (espaço territorial), além de assegurar a luta por voz política às mulheres nas comunidades já constituídas. Neste aspecto Fraser enfatiza a necessidade de representação política, sem mencionar a representação na esfera organizacional, por exemplo. Considerando-se a necessidade da reformulação das instituições, a representação política poderia ser apresentada como uma construção, em que a mulher ao ter visibilidade no processo produtivo e garantir sua representação no ambiente organizacional possibilita sua participação política na sociedade.

Tendo em vista o argumento de Fraser (2009), na próxima seção argumentamos que a organização convivencial constitui espaço de possibilidade para a valorização da diferença do gênero por meio da inclusão da participação, em complementariedade, de homens e mulheres no processo produtivo. O distanciamento do caráter técnico e funcionalista do modo de organização dominante, voltada para o lucro e eficiência, permite a adoção de novos valores, e esses oportunizam a necessidade de complementariedade do gênero. Consequentemente a redistribuição, representatividade e reconhecimento.

4. A ORGANIZAÇÃO CONVIVENCIAL COMO ESPAÇO DE REDISTRIBUIÇÃO, RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO

Em 1976, Ivan Illich desenvolveu o argumento sobre a possibilidade da construção de uma sociedade convivencial como alternativa à ameaça do apocalipse tecnocrático que caracteriza a era pós-industrial. Para Illich (1976, p.10) a convivencialidade anuncia “um mundo futuro”.

Segundo Illich (1976), um espaço organizado para a convivencialidade seria respaldado pelos valores da sobrevivência (suficiência), equidade e autonomia criadora, propiciando a limitação das dimensões da ferramenta, como por exemplo, as organizações, e

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

garantindo a participação do ser humano como principal agente do processo produtivo (ILLICH 1976, p. 27).

Por convivencialidade, Illich (1976) refere-se ao inverso da produtividade industrial. O conceito, portanto, é por si só uma crítica ao acúmulo desenfreado de capital. Na organização convivencial ocorre a inversão de valores e reapresentação das relações interpessoais, a ferramenta eficiente dá espaço à ferramenta eficaz, e a hiperprodução ao reconhecimento da importância dos limites. Guercini e Ranfagni (2016, p. 02, tradução nossa) consideram que “todo e cada indivíduo é definido em suas relações com os outros e com o meio ambiente pela interação proveniente do emprego da ferramenta”, reforçando a importância da ferramenta justa apresentada por Illich na construção de um espaço de valorização da convivência.

Inspirados por Illich, entendemos que a construção de espaços de trabalho que estabeleçam limites à busca cega por maiores níveis de eficiência e reconheçam que valorativamente é a ferramenta (i.e., organizações) que devem servir o ser humano e suas relações, e não o contrário, constitui uma das principais características do que neste estudo nos referimos por organização convivencial (ILLICH, 1976). Em outras palavras, a organização convivencial é aquela que se caracteriza pelo fato do ser humano dominar a ferramenta, e não o contrário. Vale notar que, aqui o termo ferramenta é empregado da maneira mais ampla possível, incluindo desde um simples afeiçoamento com as mãos até uma organização social.

Para Illich (1976) uma ferramenta justa deve atender três exigências principais: ser criadora de eficiência sem degradar a autonomia pessoal, não criar nem escravos nem senhores e ampliar o raio de ação pessoal (ILLICH, 1976).

A organização convivencial seria então um espaço de produção em que a ferramenta ou a própria organização está ao serviço da pessoa integrada na sociedade e não ao serviço de um corpo de especialistas. Convivencial, portanto, é característica atribuída à ferramenta e não ao homem, segundo Illich:

Devo precisar, no entanto, que na acepção um tanto nova que atribuo ao adjetivo, convivencial é a ferramenta, não o homem. Ao homem que encontra sua alegria e o seu equilíbrio na utilização da ferramenta convivencial chamo-lhe austero” (GUERCINI; RANFAGNI, 2016, p. 11)

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Guercini e Ranfagni (2016) conceituam o termo convivencialidade como um fenômeno que provem da comunidade a fim de fortalecer os laços de um grupo sem comprometer a liberdade individual de seus participantes. Ainda, afirmam que a convivencialidade como fenômeno dá origem a novas possibilidades a partir da proximidade e do senso de comunidade atrelados a ela. Apesar disso, atualmente o convívio é frequentemente considerado uma medida corretiva ultrapassada à configuração atual do modo de produção capitalista neoliberal. Pois, é desconsiderado seu emprego como ferramenta, que nutre e propicia o senso de comunidade, sendo assim, capaz de trazer a partilha livre como uma forma de emancipação que se contrasta com o individualismo contemporâneo (GUERCINI; RANFAGNI, 2016).

A proximidade ao senso de comunidade, o acesso universal à ferramenta e a valorização da sobrevivência (suficiência), equidade e autonomia criadora, são essenciais para a construção de um cenário em que há a complementariedade do gênero. Nesse sentido, o fator diferencial da organização burocrática e da organização convivencial é a apropriação não apenas da mulher como recurso produtivo, mas dos valores femininos para o meio de produção.

Ao valorizar outras características além da racionalidade técnica, a convivencialidade estabelece um patamar de igual valorização das diferenças do gênero no processo produtivo e a inclusão do indivíduo em sua heterogeneidade. Diferentemente do contexto da organização burocrática, em que a inclusão do indivíduo é parcial, pois se consideram somente os aspectos técnicos relevantes para a organização, desconsiderando os aspectos individuais e reduzindo os indivíduos (homens e mulheres) a meros instrumentos necessários ao fluxo material (RODRIGUES, 2013).

Desse modo, a inclusão viabiliza a concepção da noção tridimensional de justiça. Com a proporcional contribuição ao processo produtivo (quanto aos valores e o acesso à ferramenta), a remuneração e a distribuição dos resultados para homens e mulheres, não são criadas subordinações caracterizadas pelo gênero. Indicando assim um ambiente de reorganização da divisão do trabalho – redistribuição.

Ainda, a participação integral dos membros no desempenho da atividade organizacional vincula o *status* das características femininas e masculinas à produção. Garantindo assim a representatividade dos indivíduos como agentes produtivos e em suas particularidades e diferenças individuais. O reconhecimento é produto da complementariedade

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

do gênero, portanto, masculino e feminino não são apresentados como características segregadoras, mas complementares.

Quanto à representação, a visibilidade e participação de mulheres em processos decisivos são tidos como uma necessidade ao modo de produção convivencial, assim como há necessidade de postos de decisão designados a homens. Mesmo que não se apresentem em uma mesma organização, o acesso às funções de “gerência” não é restritivo quanto ao gênero. Dessa maneira, a representação na escala organizacional facilita a inserção de mulheres em funções políticas de maior abrangência na sociedade, logo, tem-se uma contribuição da convivencialidade para a representação organizacional e para a representação política defendida por Fraser (2009).

Consideramos então que a crítica quanto à crise do trabalho na organização moderna coexiste com a nova demanda do feminismo, e conforme destacado anteriormente, as variáveis de classe e gênero são coextensivas e devem ser analisadas conjuntamente (HIRATA; KERGOAT, 1994).

Com isso, nota-se que as demandas do feminismo pós-neoliberal, propostas por Fraser (2006; 2007a; 2007b; 2009), muito se aproximam das instabilidades do discurso de crise do novo capitalismo. O tripé redistribuição, reconhecimento e representação engloba também as demandas do classicismo moderno. Analisando separadamente as demandas nesse contexto, percebe-se que a redistribuição, que aparece como característica da crítica de classes desde o princípio, continua a se apresentar o mesmo valor na modernidade, esta, entretanto, se acresce das demais demandas que são inculcadas por novos discursos. Vemos no fantasma da inutilidade de Sennett (2006) nada mais do que uma caracterização da falta de reconhecimento do indivíduo perante o novo capitalismo. Assim como os argumentos sobre a dualidade de tempo e trabalho e as contradições da mecanização (OLIVEIRA, 2006; ILLICH, 1976) exprimem a necessidade da representação do indivíduo.

Com o alinhamento e sintetização das demandas das instabilidades do novo capitalismo quanto ao classicismo e o feminismo, encontramos em Fraser (2009) a inspiração para a mudança que assegure as transformações propostas pelo movimento feminista. Sobre isso, a autora afirma “É dito frequentemente que o sucesso relativo do movimento em transformar cultura permanece em nítido contraste com seu relativo fracasso para transformar instituições” (FRASER, 2009, p.11).

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

O argumento aqui desenvolvido demanda análise empírica futura que permitirá investigar até que ponto uma organização orientada para a convivencialidade comporia um espaço potencial para suprir as demandas de gênero tal como proposta por Fraser (2009). Além disso, sugere que a transformação organizacional na direção da construção de espaços de convivencialidade resgata valores não presentes na organização burocrática tais como: equidade, autonomia criadora e limites de produção. Esses valores, diferentemente da busca técnica para a eficiência e superprodução que caracterizam o funcionalismo e a racionalidade técnica, dominantes no modo capitalista de produção, permitiriam a participação e valorização do indivíduo em sua heterogeneidade de gênero. Ademais, a descartabilidade seria substituída pelo imperativo da necessidade do indivíduo ou do fator humano no processo produtivo. Vale notar que os valores convivenciais, são desprovidos de características masculinas. Antes disso, alinham-se às características do anti-androcentrismo pós-neoliberal defendidas por Fraser (2009), uma vez que as atividades desmercantilizadas e voltadas para o cuidado fazem-se componentes estruturantes e valiosos para o bem comum.

5. CONCLUSÃO

No âmbito de dominação racional e burocrática de organizações, espaços não convencionais de produção vêm emergindo como uma alternativa a manipulação e desigualdade inerentes às organizações tradicionais. A crítica a excessiva valorização da técnica e a desvalorização do homem, compõe o discurso sobre a insatisfação do indivíduo no contexto de trabalho da contemporaneidade (ELLUL, 1968; ILLICH, 1976; OLIVEIRA, 2006). Diante disto e com o objetivo de explorar formas menos desiguais de organizações, o estudo buscou analisar, dentro de um modo não convencional de organização – o modo convivencial – a possibilidade de configuração de um espaço de redistribuição, reconhecimento e representatividade do gênero (ILLICH, 1976; FRASER, 2007ab, 2009).

Nesse contexto, foi desenvolvida uma revisão teórica sobre as limitações da técnica, a desvalorização do indivíduo no cenário de trabalho tradicional da contemporaneidade, feminismo e gênero (ELLUL 1968; OLIVEIRA, 2006; FRASER, 2007ab, 2009; MATOS, 2009; ILLICH, 1976). Desse modo, relacionando as características estruturantes da organização convivencial, gênero e as categorias de análise tridimensional de justiça, foi realizada uma revisão bibliográfica com objetivo de investigar as contribuições do modo de

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

produção convivencial para a construção de um espaço de redistribuição, reconhecimento e representação do gênero (ILLICH, 1976; FRASER, 2007ab, 2009; MATOS 2009).

As características estruturantes da convivencialidade, como o acesso universal à ferramenta e a limitação da eficiência, propicia novos tipos de relações entre os stakeholders da organização. Assim, espera-se que os colaboradores e clientes sintam-se parte do propósito da organização, devido à proximidade ao processo produtivo. Ainda, a valorização de características não cartesianas como a autonomia criadora e a suficiência, dão suporte para a construção de um sistema de valorização do indivíduo e de suas singularidades como parte do modo de produção (ILLICH 1976, 1989; FRASER, 2007ab, 2009).

Quanto as categorias da noção tridimensional de justiça, o processo convivencial, por conta do fácil acesso e da valorização das singularidades, contribuí para a construção de um espaço em que há redistribuição dos bens, representatividade e representação do indivíduo em sua heterogeneidade. Portanto, de acordo com a análise teórica feminista realizada no estudo, a organização convivencial pode ser considerada um espaço de reconfiguração estrutural que permite a valorização da complementariedade do gênero, caracterizando-se assim como um ambiente em que mulheres, constantemente renegadas do espaço tradicional de trabalho, sentem-se inclinadas a desempenhar funções produtivas nas mais diversas áreas. Em vista disso, vislumbra-se a perspectiva de um modo de produção e organização, alternativos ao modelo burocrático e eficiente, em que se tem a manifestação da equidade e valorização do indivíduo no processo produtivo. Criando em especial, um potencial espaço de valorização do gênero e vivência do feminismo (ILLICH, 1976; FRASER, 2007ab, 2009; MATOS 2009).

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

6. REFERÊNCIAS

ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, v. 80, p. 71-96, 2010.

ANDRADE, L. F. S.; MACEDO, A. S.; OLIVEIRA, M. L. S.. A produção científica em gênero no Brasil: um panorama dos grupos de pesquisa de administração. In: **Encontro de Estudos Organizacionais - EnEO**, Gramado, RS, 2014

BARBIERI, T. Sobre la categoría de género – una introducción teórico-metodológica. In: AZEREDO, S.; STOLCKE, V. (Coord.). *Direitos reprodutivos*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1991.

BARCELOS, R. M. R.; DALLAGNELLO, E. E. L. (2014). A teoria política do discurso como abordagem para o estudo das organizações de resistência: reflexões sobre o caso circuito fora do eixo. In: **Organizações & Sociedade**. Salvador, v. 21, 70, p.405-424.

CASAGRANDE, L.; CAMARA, G. D. Liberdade e convivialidade como práticas contra-hegemônicas nas zonas autônomas. *Rev. Pens. Contemp. em Adm.*, v. 5, n. 3, p. 115-128, 2011.

CECCARELLI, P. R. Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões. In: RIAL, C.; PEDRO, J.; ARENDE, S. (Org.). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 269-285.

CERCHIARO, I.; AYROSA, E.A.T; ZOUAIN, D. M. A aplicação de abordagens feministas na pesquisa em administração. *Cadernos Ebape.Br*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 649-664, dez. 2009.

ELLUL, J. **A Técnica e o Desafio do Século**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FERREIRA, J. B.; SADOYAMA, A. S. P.; CORREIA, A. F. C.; GOMES, P. A. Diversidade e Gênero no Contexto Organizacional: um Estudo Bibliométrico . *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 9, n. 3, p. 45-66, 2015

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

_____, N. Feminism, capitalism and the cunning of history. *New Left Review*, n. 56, 2009.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

_____, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Rev. Estud. Fem.*, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007a.

_____, N. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, v. 70, p. 101-138, 2007b.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GUERREIRO RAMOS, A. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1981

GUERCINI, S; RANFAGNI, S. (2016). Conviviality behavior in entrepreneurial communities and business networks. *Journal of Business Research*, 69(2), 770-776

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **A classe operária tem dois sexos**. *Rev. Estud. Fem.*, v. 2, n. 3, p. 93-100, 1994.

ILLICH, I. **The sad loss of gender**. *New Perspectives Quarterly*, v. 15, p. 4-8, 1998.

_____, I. **Gender**, 1. ed. New York: Pantheon Books, 1982.

_____, I. **Convivencialidade**. 1.ed. Lisboa: Francisco Lyon de Castro, 1976.

LEMONS, M. R. **Souza-Lobo e as relações de gênero e trabalho**. Disponível em: <<http://www.ppgcs.fafcs.ufu.br/discentes/arquivos/005.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MATOS, V. C. S. Um estudo histórico das relações de gênero e classe. **Rev. Saber Acadêmico**, v. 7, 2009.

MATOS, M.; CYPRIANO, B. Críticas feministas, epistemologia e as teorias da justiça social. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS GT 27: PARA ONDE VAI A TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA?, 32., 2008.

MEIRA, F. (2014). Liminal organization: organizational emergence within solidary economy in Brazil. In: **Organization**, v.21, n.5: 713-729.

MOREIRA, E. M. A regência do afetivo: laços familiares e reprodutivos. In: ABRAMO, L.; ABREU, A. R. de P. **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

MOORE, H. L. The differences within and the differences between. In: VALLE, T. del. (Ed.). **Gendered Anthropology**. Londres: Routledge, 1993.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

NARVAZ, M. J.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

OLIVEIRA, C. B. de. Sobre lazer, tempo e trabalho na sociedade de consumo. *Lecturas: educación física y deportes*, v. 97, n. 12, 2006.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

RODRIGUES, Marcio Silva. Epistemologia e Administração: (Um esboço de) reflexões e possibilidades. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 8, n. 1, 2013

ROTHSCHILD-WITT, J. (1979). The collectivist organization: an alternative to rational-bureaucratic models. *American Sociological Review*, Vol. 44, p.509-527.

PARKER, M., FOURNIER, V., & REEDY, P. (2007). *The dictionary of alternatives: Utopianism and organisation*. London, England: Zed Books.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

SAFFIOTI, H. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

SANTOS, L.R.S. Feminismo: aporte político, teórico e prático para transformações civilizatórias. Feminismo para um cambio civilizatório. In: CAROSIO, Alba (Org). **Revista de Estudos Feministas**. Caracas: Fundación Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales y Centro de Estudios de la Mujer, Universidad Central de Venezuela, v.23, n. 3, p. 1038-1040, set./dez, 2015.

SAWAIA, B. (2001). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: _____. (org). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SENNETT, R. *A cultura do novo capitalismo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERVA, M. (1993). O fenômeno das organizações substantivas. In: **Revista de administração de empresas**. São Paulo, 33 (2): 36-43.

SOUZA-LOBO, E. (1991). **A classe operária tem dois sexos**. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

SOUZA, Eloisio Moulin de; CORVINO, Márcia de Mello Fonseca; LOPES, Beatriz Correia. Uma análise dos estudos sobre o feminino e as mulheres na área de administração: a produção científica brasileira entre 2000 a 2010. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 67, p. 603-621, 2013.

SUARÉZ, M. Gênero: uma palavra para desconstruir ideias e um conceito empírico e analítico. In: ENCONTRO DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIA DO FUNDO DE GÊNERO NO BRASIL, 1. 1999. Projeto Fundo para Igualdade de Gênero, Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional. Campinas, 1999.

SULLIVAN, S., SPICER, A.; BOHM, S. (2011). Becoming global (un)civil society: counter-hegemonic struggle and the Indymedia Network. In: **Globalizations**. v.8, n.5, pp.703-717.

VIZEU, F.; SEIFERT, R. E.; HOCAYEN-DA-SILVA, A. (2015) J. Non-capitalist organizations in Latin America: lessons from the Brazilian Faxinal grassroots community. **Cadernos EBAPE**, v. 13, p. 369-389.